



AUDIÇÃO

Assunto: Audição na Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social sobre o despedimento coletivo no Novo Banco

Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social,
Senhoras e Senhores deputados;

Antes de mais, queremos agradecer o facto de nos terem convidado para podermos esclarecer o processo de reestruturação em curso no Novo Banco.

Tendo presente que o negócio bancário assenta fundamentalmente na **relação de confiança**, é importante referir em breves passos os acontecimentos, que em nossa opinião, marcaram de forma absolutamente determinante a **quebra dessa confiança**, naquele que foi o **maior banco privado português, com cerca de 150 anos de vida**:

- I. **A resolução do BES ocorrida em 03 de agosto de 2014**, que foi sobejamente debatida neste Parlamento na Comissão de Inquérito ao caso BES e onde ficou evidenciada a gestão danosa da antiga administração bem como a deficiente e morosa atuação do Governador do Banco de Portugal, criou na opinião pública a ideia de que tudo o que eram ativos tóxicos teriam ficado resolvidos.
- II. **O impasse criado às diversas soluções para o papel comercial e aplicações dos emigrantes.**
- III. **A suspensão da venda do Novo Banco** anunciada pelo BdP em setembro de 2015.



- IV. A tomada de decisão do BdP de 29.12.15, de passar parte da **dívida sénior do NB para o BES**, como forma de capitalização, passados 16 meses após a resolução.
- V. Apresentação de **resultados negativos de ~980M€**, originados sobretudo pelas imparidades para crédito vencido. Foi feito também o pré-anúncio da saída do atual presidente do Conselho de Administração Dr. Stock da Cunha, até agosto de 2016.

Todos estes factos, **determinantes na redução da atividade, não são culpa dos trabalhadores do Novo Banco**, pelo contrário, foram e continuam a ser eles os grandes heróis que sob orientação da atual Administração conseguiram aguentar o negócio e **reconquistar alguma da confiança perdida, conseguindo manter importantes quotas de mercado nos diversos segmentos e a liderança no segmento de empresas (PME).**

O que disse o Conselho de Administração do NB ao mercado na apresentação de resultados ocorrida em 24.02.16? Que:

- ✓ O banco é viável;
- ✓ O Novo Banco é 3º maior banco de Portugal;
- ✓ O Novo Banco está bem capitalizado, é o 2º banco mais capitalizado do sistema;
- ✓ Obteve resultados operacionais positivos;
- ✓ A atividade do Novo Banco assenta na economia da península ibérica que está em crescimento;
- ✓ Os rácios de custos e de produtividade comparam bem com a média do setor em Portugal;
- ✓ Necessitamos urgentemente de recuperar crédito vencido e vender a carteira de imóveis em posse do banco.



Depois de **suspenso o processo de venda** do NB, o BdP ordenou para que o CA levasse a cabo um **processo de reestruturação do banco, por** forma a torná-lo mais apetecível para venda.

Não podemos deixar de salientar que a partir de agosto de 2014 e no decorrer de **2015 o banco procedeu a uma constante redução de pessoal**, motivada por algumas rescisões voluntárias e através de reformas antecipadas. Neste período verificou-se uma redução de mais de 500 postos de trabalho e **mais se podia ter feito**.

Não nos podemos esquecer, da entrevista dada em finais de 2014 pelo atual Presidente do CA do Novo Banco onde afirmou que “a **reestruturação interna não seria prioritária, na medida que o Novo Banco já havia procedido a um esforço de redução de balcões. Por outro lado, não tendo passado por fusões ou aquisições, não teria excedentes de trabalhadores**”. A CNT do Novo Banco também tem o mesmo entendimento, acrescentando que sendo um banco de transição, não deve ter como prioridade fazer uma reestruturação desta natureza, sem se saber qual vai ser o futuro do banco.

Face ao atrás exposto, **foi com espanto que na reunião de 25.02.16**, no dia seguinte à apresentação dos resultados, o Conselho de Administração, reuniu com a CNT e **comunicou-nos, que o banco teria que efetuar, por imposição da DGcom, uma redução de 1000 postos de trabalho e custos operacionais no montante de 150 M€, sendo que uma parte significativa das reduções já foi feita pelo recurso às reformas antecipadas, haveria ainda a necessidade de proceder ao despedimento coletivo de 500 trabalhadores**.



Perante esta informação a CNT, manifestou de imediato o seu repúdio com este procedimento, uma vez que para além de ser injusto e de causar um forte impacto social em 500 famílias portuguesas, não se pode desprezar a instabilidade social criada, o impacto na motivação dos trabalhadores e até a desconfiança dos clientes.

Com o objetivo de travar esta intenção do banco, informamos de imediato os trabalhadores do anúncio feito pela Administração e demos conhecimento à comunicação social, bem como a todos os grupos parlamentares que já nos tinham recebido em dezembro passado. No dia seguinte, solicitamos audiências com o Sr. Primeiro-ministro, Sr. Ministro das Finanças, Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social e Sr. Governador do Banco de Portugal.

Curiosamente no dia seguinte a Administração enviou um comunicado aos trabalhadores e à comunicação social a informar da inevitabilidade dos referidos cortes, mas sem nunca falar em despedimentos coletivos nem em outras formas de redução.

Em 03.03.16, a CNT voltou a reunir com o CA e foi-nos dito que o despedimento coletivo, ainda não estava colocado de parte, mas a Administração mostrou a sua disponibilidade para iniciar um processo de rescisões por mútuo acordo (RMA's) com algumas regras, sendo um processo seletivo e não aberto a voluntários. O Banco está desde 15.03.16, a oferecer um pacote compensatório, o qual será universal para todos os trabalhadores.

Neste momento, aquilo a que estamos a assistir é a um despedimento coletivo encapotado. Porquê?



- Foi um **processo seletivo**,
- As pessoas foram **escolhidos a dedo**,
- **É Obrigatório e sob pressão**, quem não aceitar.....
- **Registam-se diversos casos de insensibilidade social e pessoal** (pessoas com doenças oncológicas, filhos deficientes baixas médicas prolongadas, famílias numerosas e monoparentais)
- **Sem nenhum tipo de critério**, (promoções por mérito efetuadas em janeiro, criação de uma nova função em novembro e todos os trabalhadores colocados nessa função foram agora selecionados, pessoas licenciadas e doutoradas, avaliações de desempenho elevadas)

Defendemos alternativas de acordo com as melhores práticas de mercado, que devem ser estudados os seus impactos e custos como:

- **Reformas antecipadas de forma voluntária**, em condições que permitam às pessoas aceitar, uma vez que temos mais de 650 trabalhadores com mais de 57 anos;
- **A ser necessário, este programa de Rescisões por Mútuo Acordo (RMA's), o mesmo deve ser aberto a todos os trabalhadores que o desejem e não como imposição.**

Por fim, a **CNT defende que, como já muitos economistas, banqueiros e outras personalidades entendidas na matéria defenderam, que o Novo Banco deveria passar para a esfera do Estado**, a fim de **criar valor e estabilidade** para posteriormente, caso assim se entendesse, fosse vendido por um valor que não



iria penalizar os contribuintes, conseguindo assim, manter viável um dos maiores bancos portugueses que é essencial para o desenvolvimento da nossa economia. **As atuais condições de mercado, são muito adversas pelo que se prevê uma venda ao desbarato, com consequências muito gravosas para todos os trabalhadores e para os contribuintes.**